

O INFORMATIVO SEMANAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA BRASILEIRA

Abiquim Informa

Ano 31 - nº 749 – 6 de julho de 2020

ABIQUIM

SINCLA. PROMOVENDO AGRICULTURA E PROFISSIONALISMO



Atuação Responsável
Compromisso com a sustentabilidade



GÁS NATURAL

Representantes da Abiquim participam de reunião com o Ministro Bento Albuquerque

A Abiquim participou de reunião com o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, no dia 3 de julho, para debater a importância da aprovação do PL 6407/13, conhecido como PL do Gás. A Associação foi representada pelo presidente-executivo, Ciro Marino, e pela diretora de Economia e Estatística, Fátima Giovanna Coviello Ferreira, no encontro que teve a participação de mais de 50 lideranças da indústria, que debateram com o Ministro como o PL pode ajudar a baixar o custo do gás natural e contribuir para a retomada da economia.

O Ministro Bento Albuquerque recentemente manifestou em nota oficial ter visão convergente sobre a aprovação do projeto conforme a redação aprovada na Comissão de Minas e Energia. O apoio ao projeto tem sido crescente, recentemente a Frente Parlamentar da Agricultura o colocou entre suas prioridades e agora tem recebido apoios da bancada do Nordeste. Outras bancadas, como a do Rio de Janeiro, provavelmente o estado mais beneficiado estão se unindo pela aprovação (o Rio é justamente o Estado do presidente da Câmara a quem cabe pautar a votação).

O gás natural também contribui para a agenda ambiental, pois suas emissões são muito menores do que a do carvão ou do óleo, ainda muito usados no Brasil para produzir energia elétrica e pode ser usado como energia que vai firmar e impulsionar as usinas eólicas e de energia solar.

A indústria química é o maior consumidor do gás natural, entre os setores industriais, e usa o insumo como fonte de energia e matéria-prima. “O PL do Gás pode viabilizar o programa Novo Mercado de Gás e equalizar os custos de matéria-prima e energia no Brasil, com os praticados em outros países, o que pode tornar a indústria química brasileira mais competitiva e reduzir o déficit da balança comercial do setor, que no acumulado dos últimos 12 meses (junho de 2019 a maio de 2020), é de cerca de US\$ 31,5 bilhões”, explica a diretora de

Economia e Estatística da Abiquim, Fátima Giovanna Coviello Ferreira.

A Abiquim é uma das mais de 60 entidades signatárias da carta aberta ao Congresso Nacional “Gás para Sair da Crise”, documento que reforça a importância do programa Novo Mercado de Gás, lançado há um ano pelo governo federal.

[Clique aqui](#) para ler a carta aberta ao Congresso Nacional “Gás para Sair da Crise”.

LIVE DA ABIQUIM

Versatilidade do silicone como provedora de soluções em inúmeros setores é destacada por executivos do setor

Reprodução: YouTube/Abiquim



A Abiquim realizou, no dia 3 de julho, a live “Importância do silicone durante e pós a pandemia de Covid-19”, com a participação do presidente da Elkem Silicones Brasil, Lucas Freire; do gerente geral para a América Latina da Momentive Performance Materials e vice-coordenador da Comissão Setorial de Silicones da Abiquim, Paulo Vianna; a líder técnica de Performance Silicones da Dow Brasil e coordenadora da Comissão Setorial de Silicones da Associação, Renata Campos; do diretor de Químicos de Performance – Divisão de Silicones da WACKER, Valter Araujo; com moderação do presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino; e da gerente de Comunicação da Associação, Camila Matos.

“O silicone é um produto que pode ser moldado em formatos diferenciados para se adaptar a cada tipo de aplicação, ele é resistente a temperaturas extremas positivas e negativas, é hidro repelente, impermeável a gases, hipoalérgico e não conduz eletricidade, essas características permitem que o silicone seja aplicado em diversos segmentos industriais, que visam o bem-estar da população”, explicou o presidente da Elkem Silicones

Brasil, Lucas Freire.

A líder técnica de Performance Silicones da Dow Brasil e coordenadora da Comissão Setorial de Silicones da Abiquim, Renata Campos, também avaliou os efeitos da pandemia de Covid-19 no setor. “Alguns mercados sofreram mais e outros menos. O setor automotivo ficou parado em março e abril, os setores têxtil e de maquiagem também foram afetados. Mas em outras cadeias como da saúde, onde o silicone é usado em máscaras, nos *tubing* entre outras aplicações o saldo foi positivo, assim como no setor de embalagens, papelão e rótulos, que são usados em produtos de *home care*. O silicone ainda é usado em amaciantes, sabão e cuidados com superfície, que também tiveram saldo positivo. Tivemos alguns balanços (para cima e para baixo) e outros setores que ficaram flat, como agroquímicos e alimentos”.

O diretor de Químicos de Performance – Divisão de Silicones da WACKER, Valter Araujo, explicou que o consumo per capita de silicone no Brasil ainda é baixo em comparação com o mercado norte-americano e europeu. “O silicone acrescenta tecnologia na cadeia de vários produtos e é papel do setor mostrar aos segmentos clientes como eles podem usar o silicone para agregar valor ao seu produto. Para que isso se concretize precisamos mostrar as vantagens do produto e fazer com que o conhecimento seja transferido aos setores clientes. Continuamos trazendo conhecimento e inovações em um produto fabricado há 70 anos no Brasil e as novidades mundiais estão disponíveis no mercado local e continuamos ensinando à cadeia como utilizar os silicones”.

Sobre a demanda de silicones, o presidente da Elkem Silicones Brasil, Lucas Freire, completa: “o Brasil corresponde a 1,5% do consumo mundial de silicone e em qualquer economia desenvolvida do mundo, que domina a tecnologia investe em silicones. O consumo no País é cinco vezes menor do que nos EUA e Europa, porque nossa economia cresce pouco, nosso poder de compra é menor e falta regulamentação dos mercados o que geraria uma demanda maior de silicones por suas características e sua agregação de valor em diversos setores”.

A líder técnica de Performance Silicones da Dow Brasil e coordenadora da Comissão Setorial de Silicones da Abiquim, Renata Campos, explicou que as empresas da Comissão têm feito doações para contribuir no combate à Covid-19. “O setor doou mais de 25 toneladas de álcool em gel para universidades, que foi destinado à fabricação de álcool em gel, as empresas adaptaram a produção para fazer álcool em gel, que foi doado a hospitais. Foram doados mais de 25 mil dólares para catadores das cooperativas de reciclagem, que em virtude da situação de pandemia não tinham produtos para recolher e trabalhar, colaboração com clientes locais para doação de colchões na Bahia, além de cestas básicas para comunidades carentes e bombonas para armazenamento de álcool em gel”. A coordenadora da Comissão também explicou que o setor adaptou as plantas para aumentar a segurança dos trabalhadores e reconheceu o esforço dos funcionários da indústria química que trabalham para manter o fornecimento de produtos essenciais.

Além de gerar novos protocolos e preocupações com a higiene, a pandemia de Covid-19 alterou vários aspectos culturais nas empresas, explicou o gerente geral para a América Latina da Momentive Performance Materials e vice-coordenador da Comissão Setorial de Silicones da Abiquim, Paulo Vianna. “Isso vai refletir no novo normal, que ainda tem como pontos relevantes a economia insular, pois chamou a atenção durante a crise a extrema dependência da economia, que se globalizou demais”, afirmou Vianna. O vice-coordenador da Comissão Setorial de Silicones da Abiquim explicou que a digitalização aumentou e a pandemia forçou a realização de mais videoconferências. “O e-commerce e as plataformas de comunicação vão crescer e o silicone tem papel importante nas tecnologias de comunicação por sua resistência a elevadas temperaturas, pois todos os circuitos eletrônicos operam com ondas de calor elevadas”.

Outros temas

Durante a live, também foram recebidas perguntas sobre outros temas relacionados ao setor de silicones.

Como o Segmento de Silicone vê a gestão de resíduos contidos na embalagens industriais a partir da logística reversa destas embalagens? Existe alguma regulamentação específica para o setor?

Já existem trabalhos implementados em diferentes setores que utilizam silicone como ingrediente em suas produções. Sustentabilidade tem sido um ponto de discussão constante dentro de nossa comissão e com certeza a logística das embalagens já faz parte de nossa agenda. Não existe uma legislação específica para a área de silicones e as práticas que adotamos são as já estabelecidas pela indústria química em geral. (Valter Araujo/WACKER)

Falou-se muito sobre a questão da sustentabilidade do silicone e economia de energia, porém há também um consumo importante na fabricação a partir de sílica. Qual é o balanço final?

Excelente questão. Existe um material disponível no site da Comissão Global de Silicones que mostra exatamente o balanço de carbono dentro da cadeia de fabricação que pode ser visto no link: (<https://www.siliconescarbonbalance.eu/>). Ele mostra que o uso de produtos de silicone na Europa, América do Norte e Japão permite uma redução de CO₂ equivalente a 52 milhões de toneladas por ano. (Valter Araujo/WACKER)

Como vocês veem a importância de termos matérias primas locais para produção de silicone no Brasil? Qual o percentual de matérias primas locais para essa indústria?

Atualmente as matérias primas básicas para a cadeia de transformação ainda são importadas, conforme exemplificado durante a live. O Brasil já é produtor de silício metálico que é matéria prima fundamental na fabricação dos silanos e siloxanos. Esta matéria prima é exportada e retorna ou na forma de silicones já manufaturados ou como matéria prima que utilizamos na fabricação dos insumos da cadeia em suas diversas

aplicações. A utilização de matérias primas locais vai ocorrer na transformação destas bases, como por exemplo os tensoativos e bactericidas utilizados na fabricação de emulsões e antiespumantes. (Valter Araujo/WACKER)

Temos sempre o interesse de desenvolvermos fornecedores locais, na medida que atendam as nossas necessidades, em termos de especificação e disponibilidade local. Infelizmente, não temos a informação de porcentagem de matérias-primas locais para divulgação. (Lucas Freire/Elkem Silicones Brasil).

Quais setores em que o silicone pode auxiliar em uma transformação tecnológica para o futuro?

Algumas áreas muito importantes que podem ser impactadas na transformação tecnológica:

- na área automotiva, pois graças às características de isolamento térmico e elétrico, as novas baterias utilizadas em carros elétricos só são viáveis devido à utilização do silicone;
- na construção civil os elementos estruturais muito mais leves e resistentes, como as placas de fibro-cimento tratadas com silicones e tintas formuladas a base de resinas de silicone de altíssimo desempenho e durabilidade;
- em energias renováveis a geração de energia elétrica a partir de módulos solares, em ampla expansão aqui no Brasil, só é possível de serem construídos e implementados devido às características de isolamento térmico e elétrico e a longa durabilidade dos elastômeros de silicone. (Valter Araujo/WACKER)

O silicone está presente em todos os setores, e é um componente essencial para inúmeras aplicações. No quesito inovação e transformação, destaco dentro da tendência digital os setores de eletrônicos (LED, smartphones, tablets, laptops, etc) e de comunicação 5G, na parte de transportes, os setores automotivo (carros elétricos) e aero espacial, e finalmente em cuidados com a saúde (próteses que replicam articulações protéticas artificiais em impressão 3D). (Paulo Vianna/Momentive Performance Materials)

[Clique aqui](#) para assistir a live “Importância do silicone durante e pós a pandemia de Covid-19” no canal da Abiquim no YouTube.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Comitê para o Desenvolvimento Sustentável promove webinar sobre estudo da CNI que analisa a precificação de carbono e seus impactos na indústria

O Comitê para o Desenvolvimento Sustentável da Abiquim promoveu, no dia 6 de julho, o webinar de apresentação do estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) “A precificação de carbono e os impactos na competitividade da cadeia de valor da indústria” realizada pelo especialista em Políticas e Indústria II e coordenador da Rede Clima da CNI, Marcos Cantarino.

Segundo o diretor geral da Croda América Latina, membro do Conselho Diretor da Abiquim e coordenador do Comitê para o Desenvolvimento Sustentável da Associação, Marco Carmini, o webinar tem o objetivo de alinhar o conhecimento dos membros do novo Grupo Multidisciplinar sobre Mudanças Climáticas da Abiquim, que atuará no desenvolvimento do embasamento técnico da indústria química nas questões referentes ao tema mudanças climáticas. “Esse é um assunto muito relevante para o setor e a criação do grupo multidisciplinar, que discutirá este tema complexo, tem o apoio do Conselho Diretor da Associação”.

A indústria brasileira é o setor da economia nacional com a segunda menor contribuição percentual em termos de emissões de gases do efeito estufa (GEE). Segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ela é responsável por cerca de 7% das emissões de (GEE).

O estudo “A precificação de carbono e os impactos na competitividade da cadeia de valor da indústria” avalia as formas de implementar ações que reduzam as emissões de GEE e seus impactos, riscos e oportunidades sobre a competitividade econômica do País e na cadeia produtiva da indústria, visando a implementação do Acordo de Paris. Ele analisa cenários pessimistas e otimistas de desenvolvimento da economia brasileira até 2030, avaliando a implantação dos mecanismos de taxação de carbono e mercados de carbono no setor industrial.

O especialista da CNI, Marcos Cantarino, destaca que é necessário analisar a precificação de carbono de forma integrada. “É preciso avaliar toda a cadeia, o que tem para trás e para frente, pois existem impactos nos insumos, energia e logística. Essa análise é necessária para encaminhar os pleitos do setor industrial ao governo e fazer uma proposta condizente com a realidade brasileira”.

Segundo Cantarino, o estudo indica que a precificação de carbono só é viável se a indústria e o País passarem a ter um crescimento econômico acima de 3% ao ano, observa o especialista da CNI.

[Clique aqui](#) para fazer o download do resumo executivo do estudo “A precificação de carbono e os impactos na competitividade da cadeia de valor da indústria”.

Para alinhar o conhecimento dos membros do Grupo Multidisciplinar sobre Mudanças Climáticas, o Comitê para o Desenvolvimento Sustentável promove, durante o mês de julho, webinars gratuitos sobre estudos relacionados às mudanças climáticas. Ainda estão programadas apresentações com a participação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Banco Mundial e Ministério da Economia, conforme programação abaixo:

13 de julho apresentação do estudo da FIESP “Mudança do Clima: Avaliação dos reflexos das metas de redução de emissões sobre a economia e a indústria brasileira”;

20 de julho apresentação dos estudos do CEBDS “Oportunidades e Desafios das Metas NDC para o setor empresarial” e “Precificação de carbono: o que o setor empresarial precisa saber para se posicionar”;

27 de julho apresentação sobre os Projetos PMR Partnership for Market Readiness e PMI Partnership for Market Implementation, iniciativas coordenadas pelo Ministério da Economia/SEPEC e Banco Mundial.

Todas as apresentações serão realizadas às 10 horas. Podem se candidatar e participar do Grupo Multidisciplinar sobre Mudanças Climáticas, os profissionais das associadas da Abiquim. Para participar é necessário encaminhar um e-mail para a gerente de Sustentabilidade da Abiquim, Aline Bressan, no endereço aline.bressan@abiquim.org.br para obter os links dos webinares.

COMÉRCIO EXTERIOR

Governo Federal edita Decreto de regulamentação da Análise de Impacto Regulatório (AIR)

O Governo Federal edita Decreto da Presidência da República nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Antes mesmo da publicação do Decreto, agências e ministérios já vinham realizando consultas públicas, incorporando aos seus regimentos internos e estabelecendo procedimentos para a realização de AIR, tendo como base as Diretrizes publicadas pela Casa Civil. Com a edição do decreto, este processo será intensificado, acelerando as inovações para todo o Poder Executivo Federal.

O normativo é um avanço considerável para a modernização do ambiente regulatório brasileiro, conferindo previsibilidade, participação social a um processo baseado em evidências, contribui para a melhoria do ambiente de negócios e atende a uma das boas práticas preconizadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização em que o Brasil pleiteia ascensão.

Para o presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino, a medida está em concordância com as melhoras políticas praticadas e permitirá maior debate público na elaboração de normas pelo poder executivo, com efetiva e estruturada participação social do setor privado brasileiro. “A Abiquim reforça ser de suma importância a realização de AIR no processo de elaboração de políticas públicas por parte dos órgãos da administração federal, pois permitirá avaliação técnica do custo regulatório de cada medida a ser implantada pelo setor público, ou seja, a regulamentação do AIR nos dará segurança jurídica no processo de elaboração de decretos, regulamentos e outras normas, e fomentará a integração de mecanismos de participação social durante a fase de construção e elaboração da AIR”, destaca.

[Clique aqui](#) para acessar o Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020

COMÉRCIO EXTERIOR

Receita Federal do Brasil lança primeiro estudo sobre tempos de liberação de cargas nas importações brasileiras

A Receita Federal do Brasil (RFB) lançou em sessão virtual, no dia 30 de junho de 2020, o primeiro estudo de tempos de liberação de cargas nas importações brasileiras, desenvolvido conforme metodologia Time Release Study (TRS) da Organização Mundial das Aduanas (OMA), elaborado pela Receita Federal do Brasil (RFB) em conjunto a Secretaria de Comércio (SECEX), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com apoio da OMA, Grupo Banco Mundial e Fundo do Reino Unido para a Prosperidade.

A iniciativa decorre de medida prevista no Acordo de Facilitação de comércio (AFC), da Organização Mundial de Comércio (OMC), do qual o Brasil é signatário, e visa prover maior transparência nas informações relativas ao comércio exterior. Segundo a RFB, trata-se do primeiro estudo do gênero no País e possibilitará a aduana brasileira medir a eficiência operacional dos mais relevantes procedimentos conduzidos pela RFB, pelos órgãos anuentes e intervenientes do setor privado nos processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro de mercadorias.

Os tempos medidos compreenderão o processo integral da importação, ou seja, desde a chegada do veículo transportador até a entrega da carga ao importador, envolvendo todas as unidades nos modais aéreo (foram 21 unidades) e marítimo (22 unidades no total) e as duas principais do modal rodoviário, que juntas responderam por cerca de 46% da movimentação do modal.

Para o gerente de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, a elaboração do estudo mostra o compromisso da aduana brasileira na implementação das medidas do Acordo de Facilitação de comércio (AFC) da OMC e no combate aos gargalos que impactam os tempos de liberação de cargas no comércio exterior “A Abiquim parabeniza a administração aduaneira pela elaboração do primeiro estudo TRS e por sua gestão de excelência na busca pela modernização dos marcos reguladores brasileiros nos procedimentos e normativas aplicáveis ao comércio exterior brasileiro, com notável diminuição dos tempos médios para processamento e liberações aduaneiras concomitantemente ao aumento da eficiência na gestão de riscos com a crescente implementação de ferramentas tecnológicas para o suporte das atividades fiscais e do engajamento do setor privado em constantes consultas públicas para ajustes do quadro normativo nacional”, destaca.

[Clique aqui](#) para acessar a programação do evento.

[Clique aqui](#) para acessar ao filme convite da RFB sobre o estudo.

Comissão de Saneamento e Tratamento de Água recebe especialista para apresentar NBR 16824 para prevenção da Legionella

A Comissão Setorial de Saneamento e Tratamento de Água da Abiquim recebe em reunião virtual, no dia 7 de julho, às 10 horas, o especialista em segurança da água e diretor para a América Latina da Divisão Água da NSF International, Marcos Bensoussan, que fará uma apresentação sobre a norma técnica NBR 16824 - Sistemas de distribuição de água em edificações – Prevenção de legionelose – Princípios gerais e orientações para prevenção de legionelose.

A NBR 16824 foi publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no em junho e fornece métodos e práticas consistentes de gerenciamento de riscos associados a sistemas coletivos de água de indústrias, comércios e edifícios públicos e residenciais.

A legionelose é uma infecção causada pela bactéria Legionella que pode contaminar e se desenvolver em sistemas de água. O convidado abordará os principais riscos da bactéria, histórico da norma e seu desenvolvimento, informações técnicas e o que edifícios e indústrias precisam fazer para estar em conformidade.

Para fazer sua inscrição na reunião, que será realizada por videoconferência, é necessário enviar um e-mail para a coordenadora-executiva da Comissão Setorial de Saneamento e Tratamento de Água da Abiquim, Carolina Ponce de León, no endereço: carolina.poncedeleon@abiquim.org.br.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Ministério do Meio Ambiente institui o Manifesto de Transporte de Resíduos nacional

O Ministério do Meio Ambiente publicou, no Diário Oficial da União, do dia 30 de junho, a Portaria nº 280/2020, que institui o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) nacional, como ferramenta de gestão e documento declaratório de implantação e operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos. A Portaria ainda dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos e complementa a Portaria nº 412, de 25 de junho de 2019.

O MTR é uma ferramenta online criada para rastrear a massa de resíduos, controlando a geração, armazenamento temporário, transporte e destinação dos resíduos sólidos no Brasil. Sua utilização é obrigatória para todos os geradores de resíduos sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. As atividades geradoras, transportadoras, armazenadoras temporárias e destinadoras de resíduos transportados deverão se cadastrar no MTR e atestar a efetivação das ações até a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

O gerador de resíduos deverá emitir o formulário do MTR no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR), para cada remessa de resíduo para destinação. Os destinadores finais de resíduos terão que emitir o Certificado de Destinação Final (CDF), que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos recebidos.

Já o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos é o conjunto de informações sobre a geração, tipologia, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados no País e declarados no MTR. A partir do Inventário Nacional, será disponibilizado periodicamente à sociedade o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos no País, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O início da obrigatoriedade para a utilização da MTR é no dia 1º de janeiro de 2021. O MTR e o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos serão disponibilizados, em caráter experimental, para cadastro e emissão pelo SINIR, até 31 de dezembro deste ano, por meio dos links mtr.sinir.gov.br e inventario.sinir.gov.br, respectivamente.

[Clique aqui](#) para ler a Portaria nº 280/2020 do Ministério do Meio Ambiente.

Mais informações com a gerente de Sustentabilidade da Abiquim, Aline Caldas Bressan, pelo e-mail: aline.bressan@abiquim.org.br.

LOGÍSTICA

Cadastro de fluxos de transportes de produtos perigosos é prorrogado para 30 de agosto

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) prorrogou para o dia 30 de agosto deste ano o cadastro de fluxo de transportes de produtos perigosos. A prorrogação se deve em virtude da pandemia da Covid-19 e da manutenção do Sistema de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (STRPP). Inicialmente, de acordo com Instrução Normativa nº 9, de 25 de março, o prazo para o cadastro de fluxo de transportes de produtos perigosos era até 30 de junho.

Após o envio das informações, o DNIT emite um certificado comprobatório do registro de rotas. A emissão desse certificado não é automática. As empresas que o desejarem deverão solicitá-lo mediante um e-mail, a ser enviado para o endereço: ipr.pp@dnit.gov.br, após o término do registro das rotas.

Lembramos que a Instrução Normativa N° 9 traz as diretrizes sobre o cadastramento das rotas rodoviárias de produtos e resíduos perigosos, realizadas em vias públicas no território nacional. O cadastramento das rotas deve ser realizado pelo expedidor da carga; o cadastramento deverá ser realizado no ano subsequente à rota

percorrida; o expedidor da carga, responsável pelo cadastramento das rotas, deve inicialmente efetuar seu cadastro no (STRPP), e após efetuar o cadastro, deverá preencher os dados solicitados no sistema e enviar todas as rotas ao DNIT; e devem ser cadastradas todas as rodovias percorridas entre a origem e o destino de cada rota, sejam federais e/ou estaduais.

[Clique aqui](#) para ler a Instrução Normativa nº 9 do DNIT.

Mais informações com o assessor de Assuntos Técnicos da Abiquim, Rodrigo Falato, pelo e-mail: rodrigo.falato@abiquim.org.br.

LOGÍSTICA

EPL realiza webinar sobre o modal rodoviário no Plano Nacional de Logística e aborda a Agenda Estratégica de Logística da Indústria Química

A Empresa de Planejamento e Logística (EPL), vinculada ao Ministério da Infraestrutura, realiza webinars para debater os modais do Plano Nacional de Logística (PNL 2035), que são exibidos em seu canal no YouTube. No dia 3 de julho, a EPL realizou o webinar “Rodovias no Plano Nacional de Logística”, no qual foram apresentados os estudos e pesquisas feitos pela EPL e que serão incluídos no modelo rodoviário da versão final do PNL 2035.

Em sua apresentação, o assessor técnico da EPL e interlocutor do Acordo de Cooperação Técnica Abiquim & EPL, Bruno Gonçalves, abordou os corredores logísticos estratégicos apontados Agenda Estratégica de Logística da Indústria Química, como parte integrante das cadeias relevantes para análise dos projetos de infraestrutura logística a serem assertivamente implementados pelo governo e iniciativa privada.

O PNL 2035 prevê os empreendimentos e investimentos necessários para otimizar a infraestrutura de transportes no país durante os próximos 15 anos. O documento será entregue pela EPL ao Ministério da Infraestrutura no fim deste ano.

[Clique aqui](#) para acessar o canal da EPL no YouTube.

Mais informações com o assessor de Assuntos Técnicos da Abiquim, Rodrigo Falato, pelo e-mail: rodrigo.falato@abiquim.org.br.

LEGISLAÇÃO

Prorrogação de prazo para inspeção de segurança periódica de vasos sob pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, publicou em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), do dia 2 de julho, a Portaria nº 15.797, que permite a postergação de até seis meses dos prazos previstos na Norma Regulamentadora nº 13 (NR-13) para a inspeção de segurança periódica de vasos sob pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento.

A extensão do prazo de inspeção se deve em razão do estado de calamidade pública causada pela pandemia de Covid-19 e a medida prevista na Portaria visa impedir a aglomeração de trabalhadores envolvidos nas atividades de parada de manutenção desses equipamentos.

A Portaria estabelece que para haver a prorrogação do prazo de extensão será necessário o cumprimento de medidas adicionais de prevenção e o empregador deve comunicar ao sindicato dos trabalhadores da categoria predominante do estabelecimento a justificativa formal para postergação da inspeção de segurança periódica e disponibilizar a análise técnica e respectivas medidas de contingência para mitigação dos riscos, caso solicitado.

[Clique aqui](#) para ler a Portaria nº 15.797.

Mais informações com o assessor de Assuntos Técnicos da Abiquim, Willian Matsuo, pelo e-mail: willian.matsuo@abiquim.org.br.

Abiquim lamenta profundamente a notícia do falecimento de Ernesto Carrara Junior, vítima de Covid-19

O engenheiro químico Ernesto Carrara Jr. foi um defensor da indústria química brasileira. Carrara atuou na Petrobras, onde foi convidado para integrar o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do então Ministério da Indústria e Comércio. Foi Coordenador-Executivo do Grupo Setorial III - Indústrias Químicas, Petroquímicas e Farmacêuticas (1977-1984) e Secretário-Executivo (1984-fev. 1990), quando elaborou proposta para uma Nova Política Industrial para o Brasil, aprovada em maio de 1988. Também foi o formulador das principais diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento do Setor Químico em 1979.

Ernesto Carrara Jr. atuou ainda na Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes) da Casa Civil da Presidência da República; na Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e no Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. É co-autor do livro “A Indústria Química e o Desenvolvimento do Brasil”.

A Abiquim lamenta o falecimento de Ernesto Carrara Jr. e expressa seus mais sinceros sentimentos aos familiares.

Abiquim lamenta profundamente a notícia do falecimento de

Ernesto Carrara Junior, vítima de Covid-19

O engenheiro químico Ernesto Carrara Jr. foi um defensor da indústria química brasileira. Carrara atuou na Petrobras, onde foi convidado para integrar o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do então Ministério da Indústria e Comércio. Foi Coordenador-Executivo do Grupo Setorial III - Indústrias Químicas, Petroquímicas e Farmacêuticas (1977-1984) e Secretário-Executivo (1984-fev. 1990), quando elaborou proposta para uma Nova Política Industrial para o Brasil, aprovada em maio de 1988. Também foi o formulador das principais diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento do Setor Químico em 1979.

Ernesto Carrara Jr. atuou ainda na Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes) da Casa Civil da Presidência da República; na Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e no Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. É co-autor do livro "A Indústria Química e o Desenvolvimento do Brasil".

A Abiquim lamenta o falecimento de Ernesto Carrara Jr. e expressa seus mais sinceros sentimentos aos familiares.



Você Sabia?

No Brasil, apesar do setor industrial contribuir com 7% das emissões de CO₂ equivalente, de acordo com os dados do SIRENE - Sistema de Registro Nacional de Emissões (2015), a indústria química tem destinado investimentos significativos em equipamentos e tecnologias para o uso de uma matriz energética mais limpa que contribua para redução das emissões de gases de efeito estufa e de poluentes atmosféricos.

Fonte: [Relatório de Desempenho Indicadores do Programa Atuação Responsável® ano base 2018](#)

SERVIÇOS



Acesse os canais da Abiquim nas redes sociais e saiba como a Química está #365DiasComVc:

[Facebook.com/abiquimoficial](https://www.facebook.com/abiquimoficial)

[Instagram.com/abiquim.oficial](https://www.instagram.com/abiquim.oficial)

[Youtube.com/videosabiquim](https://www.youtube.com/videosabiquim)

[Twitter.com/abiquimoficial](https://twitter.com/abiquimoficial)



- ✓ [Folha de S. Paulo – Indústria química atinge pior uso da capacidade em 30 anos](#)
- ✓ [Portal Fator Brasil – Produção da indústria química cai pelo segundo mês seguido, aponta RAC da Abiquim](#)
- ✓ [Agrolink – Produção da indústria química cai novamente](#)
- ✓ [Fatos Recentes – Indústria química atinge pior uso da capacidade em 30 anos](#)
- ✓ [Revista Química e Derivados – Desafios e Perspectivas do setor de colas, adesivos e selantes frente à pandemia de Covid-19](#)

Notícias das associadas

Press releases distribuídos pelas empresas

[Evonik lança RESOMER® Precise, uma plataforma de customização de excipientes funcionais, para controle especializado do perfil de liberação de medicamentos parenterais](#)

[Nouryon expande capacidade de peróxidos orgânicos do Brasil](#)

[Evonik lança filamento de PEEK “grau de implante” para aplicações médicas em impressão 3D](#)

AGENDA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES*

Reuniões programadas nos dias 7 a 13 de julho

07 de julho

09h00 – Comissão Temática de Gestão do Atuação Responsável

13 de julho

14h00 – Comissão Setorial de Resinas Termoplásticas (Coplast)

*todas as reuniões serão realizadas por videoconferência

Confira a grade completa de cursos em <https://abiquim.org.br/cursos>

Expediente

ABIQUIM INFORMA - É livre a transcrição, desde que citada a fonte.

Edição: Ricardo Ueno E-mails: abiquiminforma@abiquim.org.br

Para a inclusão de profissionais de sua empresa que queiram receber o **Abiquim Informa**, envie uma mensagem para abiquiminforma@abiquim.org.br ou imprensa@abiquim.org.br informando os dados dos interessados (nome, e-mail, telefone, empresa e endereço comercial).
